

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PARANÁ
AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
Criada pela Lei n.º 2.404 de 30/09/2005



Comitê de Investimentos

PARECER TÉCNICO

Referência: maio de 2026

Fundamentação: Resolução CMN nº 5.272/2025 e Portaria MTP nº 1.467/2022

Fontes: Ata da reunião do Comitê de Investimentos realizada em 27/05/2026; Panorama Econômico – maio/2026; Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco – Crédito & Mercado, data-base 29/05/2026.

1. CONTEXTO ECONÔMICO E FINANCEIRO – MAIO DE 2026

O cenário econômico de maio de 2026 foi marcado pela permanência de incertezas nos mercados internacionais, especialmente relacionadas à condução da política monetária, às condições econômicas globais e aos riscos geopolíticos.

No Brasil, a taxa Selic permaneceu em 14,50% ao ano, mantendo um ambiente de juros elevados e favorecendo estratégias de renda fixa, especialmente aquelas vinculadas a índices pós-fixados e de menor volatilidade. O IPCA de maio apresentou variação de 0,58%, acumulando 4,72% em 12 meses. A atividade econômica apresentou crescimento de 1,1% no primeiro trimestre, enquanto permaneceram presentes preocupações relacionadas ao cenário fiscal e às perspectivas para a economia.

No mercado de renda variável, o mês apresentou forte deterioração. O Ibovespa registrou queda de 7,22% em maio, refletindo o ambiente de maior aversão ao risco. Em sentido contrário, os principais índices de renda fixa apresentaram desempenho positivo, com destaque para o IMA-S, com alta de 1,09%, o IMA-B 5, com alta de 0,97%, e o IRF-M 1, com alta de 1,07%.

Diante desse cenário, a estratégia de investimentos recomendada permaneceu pautada pela preservação do patrimônio, segurança, liquidez, diversificação e gestão ativa, com realização gradual de ajustes e aproveitamento de oportunidades compatíveis com o perfil previdenciário do RPPS.

2. ORIENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA O PERÍODO

Considerando o cenário econômico observado em maio, a orientação da Consultoria de Investimentos foi pela manutenção de uma estratégia prudencial, com exposição relevante em renda fixa pós-fixada, especialmente em estratégias vinculadas ao CDI, Gestão Livre e IRF-M 1.

Também foi recomendada a manutenção e avaliação de posições em ativos indexados ao IPCA, especialmente no IMA-B 5, observando-se maior cautela nos títulos de prazo mais longo, sujeitos a maior volatilidade.



RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PARANÁ
AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
Criada pela Lei n.º 2.404 de 30/09/2005



Para a renda variável, diante da queda expressiva do mercado em maio, a orientação foi pela redução da exposição e priorização de setores defensivos.

A Consultoria também recomendou avaliar a exposição internacional como instrumento de diversificação e proteção contra riscos domésticos, bem como reforçar a análise dos investimentos em crédito privado, priorizando emissores de alta qualidade e com rating consistente.

A estratégia indicada permanece voltada à preservação do patrimônio e à gestão ativa, com realização de movimentos graduais, sempre observados a Política de Investimentos, a legislação aplicável e as deliberações dos órgãos competentes do RPPS.

3. ANÁLISE DA RENTABILIDADE E DESEMPENHO DA CARTEIRA

Conforme o Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco elaborado pela Crédito & Mercado, com data-base de 29/05/2026, o mês de maio apresentou os seguintes resultados:

- **Saldo anterior:** R\$ 53.894.898,39;
- **Aplicações:** R\$ 7.095.677,60;
- **Resgates:** R\$ 5.214.747,95;
- **Saldo ao final do mês:** R\$ 56.053.313,78;
- **Retorno financeiro:** R\$ 277.485,74;
- **Rentabilidade mensal:** 0,50%;
- **Rentabilidade acumulada em 2026:** 4,60%;
- **Meta atuarial acumulada:** 5,43%;
- **Gap acumulado:** 84,77%;
- **VaR:** 1,19%.

A carteira apresentou rentabilidade positiva de 0,50% no mês, embora abaixo da meta mensal de 1,01%.

No acumulado do exercício, a rentabilidade alcançou 4,60%, enquanto a meta atuarial acumulada atingiu 5,43%, representando diferença de 0,83 ponto percentual em relação ao objetivo atuarial.

O resultado deve ser analisado considerando o comportamento bastante distinto entre as classes de ativos. A renda fixa apresentou retorno de 1,00%, enquanto a renda variável, os investimentos estruturados e os fundos imobiliários apresentaram retorno conjunto de -1,62%.

Nesse contexto, a parcela de renda fixa contribuiu positivamente para o desempenho da carteira, compensando parcialmente as perdas observadas nos investimentos de maior exposição ao mercado acionário.

O VaR de 1,19% demonstra a necessidade de manutenção do acompanhamento dos riscos de mercado e da exposição dos investimentos, especialmente diante da volatilidade observada no período.

4. ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO E DO ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA

Na posição de fechamento do mês de maio de 2026, conforme o Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco da Crédito & Mercado, com data-base de 29/05/2026, o patrimônio líquido total informado



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PARANÁ
AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
Criada pela Lei n.º 2.404 de 30/09/2005



foi de R\$ 59.367.139,01, sendo R\$ 58.055.122,82 considerados para o cálculo dos limites da Resolução e R\$ 1.312.016,19 correspondentes às disponibilidades financeiras.

A carteira apresentou diversificação entre títulos públicos, fundos de renda fixa, crédito privado, renda variável, fundos estruturados e fundos imobiliários.

Entre as principais posições destacaram-se o CAIXA BRASIL IRF-M 1, com R\$ 8.999.889,70, equivalente a 15,50%; o SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI, com R\$ 6.377.678,65, equivalente a 10,99%; os Títulos Públicos – Oferta Balcão, com R\$ 5.379.768,38, equivalente a 9,27%; e o BRADESCO PREMIUM, com R\$ 5.473.583,67, equivalente a 9,43%.

A composição da carteira demonstra participação relevante de ativos de renda fixa, contribuindo para a liquidez e estabilidade do portfólio, sem prejuízo da diversificação em outras classes de investimentos.

O Comitê acompanhou as informações de enquadramento apresentadas pela Consultoria de Investimentos, considerando os limites e requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e pela Política de Investimentos vigente.

5. MOVIMENTAÇÕES, DELIBERAÇÕES E GOVERNANÇA

Durante o mês de maio, o Comitê de Investimentos deliberou sobre medida de adequação da carteira às disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, em atendimento à notificação expedida pela Secretaria de Regimes Próprios e Complementar – SPREV.

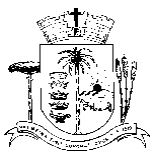
Na reunião ordinária realizada em 27 de maio de 2026, o Assessor Financeiro apresentou aos membros do Comitê a necessidade de promover a realocação dos recursos aplicados no Bradesco Poder Público Responsabilidade Limitada FIF Crédito Privado, CNPJ nº 13.397.466/0001-14, para o CAIXA FIC Brasil Disponibilidades Renda Fixa, CNPJ nº 14.508.643/0001-55.

A medida decorreu de notificação da SPREV que apontou o desenquadramento do fundo utilizado pelo RPPS em razão das alterações promovidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, tornando necessária a adequação da carteira às novas exigências regulamentares.

Na oportunidade, foi apresentada análise técnica do fundo de destino, destacando-se sua liquidez diária D+0, baixa volatilidade, gestão pela Caixa Econômica Federal, rentabilidade compatível com seu benchmark CDI e características adequadas à administração das disponibilidades financeiras do RPPS.

Após análise e discussão, os membros do Comitê concluíram que a realocação constituía medida necessária para atendimento à notificação da SPREV, adequação da carteira à Resolução CMN nº 5.272/2025 e preservação da conformidade regulatória do RPPS.

Dessa forma, o Comitê deliberou, por unanimidade, pela aprovação da realocação integral dos recursos do Bradesco Poder Público Responsabilidade Limitada FIF Crédito Privado para o CAIXA FIC Brasil Disponibilidades Renda Fixa, autorizando o Gestor de Recursos a adotar as providências operacionais necessárias, inclusive a emissão da respectiva APR e demais registros administrativos.



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PARANÁ
AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
Criada pela Lei n.º 2.404 de 30/09/2005



A deliberação demonstra a atuação preventiva do Comitê na adequação da carteira às normas vigentes, priorizando os princípios de segurança, liquidez, prudência e conformidade regulatória.

6. ANÁLISE DE RISCO E GOVERNANÇA

O Comitê acompanhou os indicadores de risco apresentados pela Consultoria de Investimentos, especialmente o Value at Risk – VaR de 1,19% observado no mês de maio.

Considerando a volatilidade observada nos mercados, principalmente na renda variável, o Comitê entende ser necessário manter o acompanhamento permanente dos riscos de mercado, liquidez, crédito e concentração.

A atuação realizada durante o mês também evidencia a importância dos mecanismos de governança e controle, especialmente diante da necessidade de adequação da carteira à Resolução CMN nº 5.272/2025.

A realocação aprovada em 27 de maio foi fundamentada em notificação do órgão regulador, análise técnica do investimento de destino e deliberação colegiada, demonstrando que a movimentação observou critérios de prudência e conformidade, e não apenas critérios de rentabilidade.

As decisões de investimento devem permanecer vinculadas à Política de Investimentos, à legislação vigente, aos estudos técnicos disponíveis e às deliberações do Comitê de Investimentos.

7. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ

Diante da análise do cenário econômico, do desempenho da carteira, dos indicadores de risco, do enquadramento dos investimentos e das deliberações realizadas durante o mês de maio de 2026, o Comitê de Investimentos conclui que a gestão dos recursos do RPPS permaneceu orientada pelos princípios de segurança, prudência, diligência, liquidez, diversificação e preservação do patrimônio previdenciário.

A carteira apresentou resultado positivo de 0,50% no mês, com retorno financeiro de R\$ 277.485,74. No acumulado do exercício, a rentabilidade alcançou 4,60%, permanecendo, contudo, abaixo da meta atuarial acumulada de 5,43%.

O Comitê entende que o resultado deve ser acompanhado com atenção, especialmente diante da diferença acumulada em relação à meta atuarial e da volatilidade observada nos ativos de renda variável. Ao mesmo tempo, destaca-se o desempenho positivo da renda fixa, que apresentou retorno de 1,00% no mês, contribuindo para a estabilidade da carteira em um ambiente adverso para os investimentos de renda variável.

No âmbito da governança, destaca-se a deliberação de 27 de maio, que resultou na realocação integral dos recursos do fundo Bradesco Poder Público para o CAIXA FIC Brasil Disponibilidades Renda Fixa, em atendimento à notificação da SPREV e visando à adequação da carteira às disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025. A decisão foi aprovada por unanimidade pelo Comitê.

Assim, este Comitê manifesta-se favoravelmente quanto à gestão dos investimentos no mês de maio de 2026, considerando a observância dos princípios de segurança, prudência, diligência, liquidez e diversificação, bem como as orientações técnicas apresentadas pela Consultoria de Investimentos.

Recomenda-se a continuidade do acompanhamento sistemático da rentabilidade, dos riscos, da liquidez e do



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PARANÁ
AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL
Criada pela Lei n.º 2.404 de 30/09/2005



enquadramento dos investimentos, com eventual realização de ajustes de alocação quando tecnicamente justificados e compatíveis com a Política de Investimentos, a Resolução CMN nº 5.272/2025 e as deliberações do Comitê.

Encaminhe-se a presente manifestação ao Conselho Deliberativo e Fiscal para conhecimento, acompanhamento e registros de praxe.

Railson Vieira da Silva

Membro

Marcos Dzizio

Membro

João Eraldo Martins Padilha

Diretor -Presidente